Quinta-Feira, 26 de Novembro de 2026

CPI da Saúde encerra oitivas , presidente prepara relatório paralelo

CPI da Saúde

Redação do rufandobombonews

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) realizou, nesta quarta-feira (25), na Sala das Comissões Sarita Baracat, a última oitiva da fase de investigação, com o depoimento da advogada e ex-secretária de Estado de Saúde Kelluby de Oliveira Silva, na condição de testemunha.

Com o encerramento das oitivas, os trabalhos avançam para a elaboração do relatório final, que será submetido à votação dos membros da comissão e, posteriormente, à votação do Plenário.

Durante a oitiva, o presidente da comissão, deputado estadual Wilson Santos (PSD), direcionou os questionamentos à atuação de Kelluby na Secretaria de Estado de Saúde (SES), especialmente em relação à emissão de pareceres jurídicos, aos pagamentos indenizatórios, aos procedimentos licitatórios, à fiscalização dos contratos hospitalares e ao cumprimento das recomendações dos órgãos de controle.

Kelluby ingressou na SES em fevereiro de 2019, na assessoria jurídica. Assumiu a titularidade da pasta em abril de 2022, permanecendo no cargo até dezembro daquele ano, e passou a atuar como secretária adjunta executiva em janeiro de 2023.

Um dos principais pontos abordados pelo presidente da CPI foi a recorrência dos pagamentos indenizatórios, modalidade que, segundo o parlamentar, deveria ser utilizada em caráter excepcional, mas que teria alcançado cerca de R$ 2 bilhões, conforme levantamentos realizados pela comissão.

Wilson Santos também questionou o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº 001/2019, firmado em 27 de maio de 2019 entre a SES e o Ministério Público Estadual (MPE). Segundo o deputado, entre os objetivos do acordo estavam a redução dos pagamentos por indenização e a regularização das contratações por meio de processos licitatórios.

Em resposta, Kelluby atribuiu a recorrência dos pagamentos indenizatórios à morosidade dos processos licitatórios e à necessidade de garantir a continuidade dos serviços de saúde. A ex-secretária explicou que os procedimentos administrativos passavam por diferentes setores da pasta, cabendo à assessoria jurídica a análise dos aspectos legais, e não a autorização dos pagamentos.

“Os processos indenizatórios são frutos de uma burocracia excessiva no nosso processo de licitação, todos devidamente justificados, os serviços devidamente prestados”, afirmou a testemunha, ressaltando que os procedimentos estavam amparados pelo TAC firmado com o Ministério Público.

A ex-secretária também foi questionada sobre eventuais divergências em relação aos pareceres da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e da Controladoria-Geral do Estado (CGE), o reconhecimento de dívidas, a aplicação de glosas (descontos nos pagamentos por serviços não executados) e possíveis falhas na fiscalização dos contratos.

Kelluby afirmou não se recordar de situações específicas apresentadas pela comissão, negou ter relações comerciais com empresários investigados e defendeu que a atuação da gestão foi pautada pela legalidade e pela necessidade de assegurar a continuidade da assistência à população, especialmente durante a pandemia da Covid-19.

Ao final do depoimento, a advogada solicitou acesso aos documentos apresentados durante a oitiva para analisá-los detalhadamente e se colocou à disposição da comissão para prestar esclarecimentos complementares.

“Respondi todos os questionamentos, estou à disposição dessa CPI para responder quaisquer outros. Então, eu saio muito tranquila e na certeza de que contribuí positivamente”, declarou.

Encaminhamentos – O deputado Wilson Santos informou que toda a documentação reunida ao longo de quase nove meses de investigação será entregue ao relator, deputado estadual Beto Dois a Um (Podemos), que tem a expectativa de apresentar o relatório nos próximos 15 a 20 dias.

“As respostas serão analisadas, serão conferidas com documentos. Agora cabe ao relator, cabe aos membros da CPI analisar as respostas”, afirmou Wilson Santos, ao destacar que novas oitivas somente serão realizadas caso surja algum fato novo de relevante interesse para a investigação.

Além do relatório oficial da comissão, Wilson Santos elabora, com o apoio de sua equipe técnica, um documento individual, com previsão de conclusão até o dia 10 de dezembro, que será encaminhado aos órgãos de controle e às autoridades competentes, especialmente ao juiz federal Jeferson Schneider, da 5ª Vara Federal Criminal de Mato Grosso, responsável pelo julgamento, em primeira instância, dos processos relacionados à Operação Espelho.

“Essa é uma prerrogativa, é um direito que os membros da CPI têm de apresentarem um documento aos órgãos de controle. Como nós participamos de todas as oitivas, de todas as etapas, de todos os dias da CPI, são quase nove meses de trabalho, nós temos um conhecimento aprofundado de tudo o que aconteceu aqui”, explicou o parlamentar.

Com o encerramento das oitivas, a comissão passa a analisar os depoimentos e os documentos reunidos durante a investigação. Esse material servirá de base para o relatório final e os respectivos encaminhamentos